

Presidente quer união e não punições

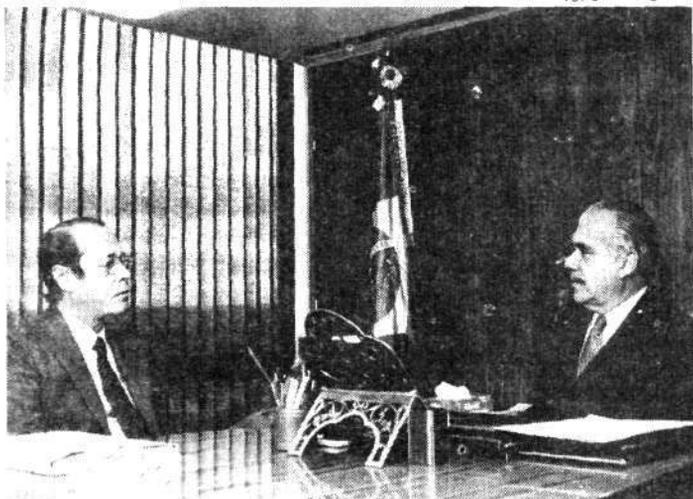
Nélio Rodrigues

O presidente Sarney não vai hostilizar parlamentares do PMDB que estejam negando apoio ao chefe da Nação. O que o presidente quer é unir o partido e reforçar a Aliança Democrática, especialmente o PMDB, que deve estar integrado ao governo, segundo afirmou ontem o deputado Carlos Santana, líder da maioria. Santana disse que recebeu essa garantia, ontem, do presidente.

Ao sair de audiência com o presidente Sarney, Santana afirmou que seu papel, como líder do governo, é o de unir o PMDB, manter sua identidade e os ideais da Nova República, enquanto o deputado Ulysses Guimarães, presidente do partido, está responsável pelo encaminhamento do acordo para definição do que deve ser a soberania da Assembleia Nacional Constituinte.

Esse acordo, segundo Santana, caminha a passos largos e o presidente Sarney entende que terá como base a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) ao parágrafo sétimo do artigo 57, que, ao dispor sobre a soberania da Constituinte, estabelece sua competência para sobrestar atos do Executivo que impeçam seus trabalhos. O deputado Ulysses Guimarães foi escolhido pelo presidente Sarney, sábado da semana passada, para coordenar esses entendimentos, de acordo com o líder da maioria, porque "é a figura maior do partido e tem autoridade incontestável e inquestionável sobre todas as correntes do PMDB".

O funcionamento da Câmara e do Senado é um problema interno que deve ser decidido por essas duas Casas, segundo entende o presidente Sarney. Entretanto, o governo, conforme explicação de Carlos Santana, não pode se isolar em relação a medidas que possam afetá-lo diretamente, como a discussão sobre a



Deputado Carlos Santana, líder do governo com Sarney

soberania da Constituinte, porque está, constituído, em ação, mantido por uma Constituição em vigor.

Soberania

"Não sou responsável por uma vírgula, sequer, do parágrafo sétimo do artigo 57 do regimento da Constituinte", defendeu-se ontem o deputado Carlos Santana (PMDB-BA), líder do governo na Câmara. Ao sair de audiência com o presidente Sarney, Carlos Santana justificou que atuou na questão da soberania da Constituinte apenas como parte intermediária, entre o grupo pró-soberania e o governo.

Ao se defender de acusações de que teria sido ele um dos redatores do parágrafo sétimo, que permite aos constituintes modificar a Constituição atual, Santana afirmou: "Não sou responsável pelo fechamento nem pela reabertura dessas negociações. O acordo que intermediei fiz por palavras, nada escrevi". Segundo explicações do deputado, inicialmente ficou acertado que o preâmbulo do regimento conteria um ato declaratório da soberania.

Foi o deputado Néelson Jobim (PMDB-RS), segundo Carlos Santana, que, durante reunião onde foi

examinado um texto curto, que seria o ato declaratório, defendeu o argumento de que um simples ato não seria suficiente, levantando a necessidade de ser instrumentalizada essa decisão. Prevaleceu, então, de acordo com o líder da maioria, que era preciso um artigo para definir a soberania, da Constituinte. Daí, o grupo pró-soberania pediu tempo para preparar um parágrafo sétimo, apresentando-o em outra reunião, à tarde, datilografado em uma folha de papel, lido em voz alta pelo senador Fernando Henrique Cardoso (líder do PMDB no Senado), do qual foram tiradas cópias e distribuídas entre os presentes, dentre eles Carlos Santana.

"Se alguma falha houve de minha parte, foi não ter percebido a sutileza do parágrafo, porque não tenho treino para sutilezas de redação jurídica, para perceber de imediato que o que estava escrito não combinava com o acordo verbal", argumentou o deputado. Aliás, segundo Santana, somente quatro horas depois de apresentado o parágrafo é que ele foi advertido para a redação jurídica, inclusive pelas lideranças do PFL.